



PORTARIA Nº 310, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 3ª Sessão de Turma, realizada no dia 16 de fevereiro de 2012, no Requerimento de Anistia nº 2001.03.01153, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por PAULO GOLDRAJCH, portador do CPF nº 012.694.887-91.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 311, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 19ª Sessão de Turma, realizada no dia 25 de agosto de 2015, no Requerimento de Anistia nº 2006.01.53086, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por MARIA JOSÉ DA CONCEIÇÃO, portadora do CPF nº 197.829.182-53.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 312, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 22ª Sessão de Turma, realizada no dia 2 de abril de 2008, no Requerimento de Anistia nº 2001.03.01050, resolve:

Declarar anistiado político ARON ABEND, nos termos do artigo 1º, inciso I, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 313, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 19ª Sessão Plenária, realizada no dia 5 de novembro de 2015, no Requerimento de Anistia nº 2002.01.12536, resolve:

Dar provimento parcial ao pedido de Revisão interposto por CÁSSIO TADEU DA SILVEIRA MAGALHÃES, portador do CPF nº 744.264.867-34, para complementar a Portaria Ministerial nº 1278, de 25 de julho de 2006, publicada no Diário Oficial da União de 28 de julho de 2006, para acrescentar a contagem de tempo, para todos os efeitos, do período compreendido de 27.01.1988 a 05.10.1988, nos termos do artigo 1º, inciso III, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 314, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da atribuição que lhe confere o art.1º do Decreto nº 3.447, de 5 de maio de 2000, publicado no Diário Oficial da União do dia 8 de maio do mesmo ano, Seção 1, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08000.011177/2008-17, do Ministério da Justiça, resolve:

Revogar a Portaria nº 00318, de 5 de março de 2009, publicada no Diário Oficial da União do dia 6 subsequente, que determinou a expulsão do Território Nacional de MANOEL ANTONIO JOSÉ SOARES, de nacionalidade angolana, filho de Antonio José Soares e de Josefa Paulo Cadimbulk, nascido em Malanje, Angola, em 21 de maio de 1971, tendo em vista a existência de filho brasileiro, a teor do art. 75, II, "b", da Lei nº 6.815/80, alterada pela Lei nº 6.964/81.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

**CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA
ECONÔMICA
SUPERINTENDÊNCIA-GERAL**

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE-GERAL
Em 22 de fevereiro de 2016

Nº 3 - Processo Administrativo nº 08700.001094/2016-24, relacionado ao Apartado de Acesso Restrito nº 08700.005699/2014-22. Representante(s): CADE ex-officio. Representado(s): Companhia Sud Americana de Vapores S.A.; Eukor Car Carriers Inc.; Grimaldi Group SpA; Hoegh Autolines Holdings AS; Kawasaki Kisen Kaisha; Mitsui O.S.K. Lines; Nippon Yusen Kaisha; Nissan Motor Car Carriers Co, Ltd; Wallenius Wilhelmsen Logistics; Akio Oe; Alberto Feres Lama; Anzu Takahashi; Asbjorn Loken; Atsushi Matsumoto; Borre Ma-

thisen; Carl Johan Hagman; Christen Schereuder; Cristóbal Rollán; David R. Minetti; ; D. W. Choi; Erick Purks; Fabio Mello; Fujio Yamagata; Geir M. Berger; Han W. Cho Helder Filomeno do S. Malaguerra; Hideki Matsumoto; Hideki Nakai; Hideki Suzuki; Hiromichi Takezaki; Hiroshi Kawamura; Hiroshi Kubota; Hirotoshi Ushioku; Hiroyuki Fukumoto; Ichiro Osako; Ingar Skiaker; J. C. Lim; Johan Mattsson; John Edward Grbic; John Patrick Ronan; Jostein Bomstad; Junji Muraoka; Kai Kraass; Katsumi Nagata; Keishin Watanabe; Kentaro Tsuji; Koji Wada; Konosuke Suzuki; Lídia Almeida; Masahiro Kato; Masato Oida; Masaya Futakuchi; Maurício Garrido Garcia; Michimasa Noda; Miguel Malaguerra; Milivoj Milosevic; Mitsuhiro Iwata; Mitsuoki Moriya; Noriko Fujita; Norio Abe; Osamu Ikehara; Pablo Sepúlveda Berrios; Rudolf H. Luttman; Santiago Bienenberg Vásquez; Satoshi Yamaguchi; Seong-Hwan Oh; Shigeru Tsuneda; Shin Miyawaki; Shunichi Kusunose; Stig A. Hagen; Susumu Tanaka; Tadanao Matsudaira; Takahiko Aoki; Takashi Ito; Takashi Kawamura; Takashi Kurauchi; Takashi Yamaguchi; Takenori Igarashi; Tomohito Ohtsu; Toru Otda; Toshitaka Shishido; Tsuyoshi Ono; Uehara Hiroshi; Yasuhiro Noguchi; Yoshiyuki Aoki; Yusuke Sasada; Yutaka Hinooka; Yutaka Ikeda e Yutaka Nishino. Acolho a Nota Técnica nº 27/2016/CGAA7/SGA2/SG/CADE e, com fulcro no § 1º do art. 50, da Lei nº 9.784/99, integro as suas razões à presente decisão, inclusive como sua motivação. Decido, em face dos fundamentos apontados na nota técnica, pela instauração do Processo Administrativo, nos termos dos arts. 13, V, e 69 e seguintes, da Lei nº 12.529/11 c/c art. 146 e seguintes do regimento Interno do Cade, em face dos Representados acima mencionados, a fim de investigar as condutas passíveis de enquadramento no artigo 36, incisos I e IV, c/c seu §3º, inciso I, alíneas "a" e "c", e inciso II, da Lei nº 12.529/2011, na forma do artigo 69 e seguintes da Lei nº 12.529/11. Notifiquem-se os Representados, nos termos do art. 70 do referido diploma legal, para que apresentem defesa no prazo de 30 (trinta) dias. Neste mesmo prazo, os Representados deverão especificar e justificar as provas que pretendem sejam produzidas, que serão analisadas pela autoridade nos termos do art. 155 do Regimento Interno do Cade. Caso o Representado tenha interesse na produção de prova testemunhal, deverá indicar na peça de defesa a qualificação completa de até 3 (três) testemunhas, a serem ouvidas na sede do Cade, conforme previsto no art. 70 da Lei nº 12.529/2011 c.c. art. 155, §2º, do Regimento Interno do Cade.

Nº 215 - Ato de Concentração nº 08700.012339/2015-68. Requerentes: Vale SA e JFE Steel Corporation. Advogados: Tito Amaral de Andrade, José Alexandre Buaiz Neto e outros. Decido pelo não conhecimento da operação.

Nº 227 - Ato de Concentração nº 08700.012624/2015-89. Requerentes: Sociedade Hospital Samaritano e ESHO Empresa de Serviços Hospitalares S/A. Advogados: Carolina Maria Matos Vieira, Marcos Pajolla Garrido e outros. Decido pela aprovação sem restrições.

Nº 228 - Ato de Concentração nº 08700.000950/2016-24. Requerentes: Coty Inc. e Frajo Internacional de Cosméticos S/A. Advogados: Camilla Paoletti, Vitor Jardim Machado Barbosa e outros. Decido pela aprovação sem restrições.

Nº 229 - Ato de Concentração nº 08700.000697/2016-17. Requerentes: Valeo Holding GmbH e Spheros Holding GmbH. Advogados: Fabíola Carolina Lisboa Cammarota de Abreu e outros. Decido pela aprovação sem restrições.

EDUARDO FRADE RODRIGUES

**COORDENAÇÃO-GERAL DE ANÁLISE
ANTITRUSTE 8**

DESPACHO DA COORDENADORA-GERAL
Em 19 de fevereiro de 2016

Nº 9. Processo Administrativo nº 08012.003021/2005-72 (Autos de Acesso Restrito nº 08700.011192/2014-08). Representante: Ministério da Educação (MEC). Representados: Cast Informática S.A.; Cpm Braxis S.A.; Ctis Informática Ltda.; DBA Engenharia de Sistemas Ltda.; Dominio Consultoria e Tecnologia Relacional Ltda.; IBM Brasil - Indústria, Máquinas e Serviços Ltda.; Intech Soluções em Tecnologia da Informação Ltda.; M.I. Montreal Informática; Núcleo Básico Tecnologia da Informação Ltda.; Oracle do Brasil Sistemas Ltda.; Padrão IX Informática e Sistemas Abertos S.A.; Policentro Tecnologia da Informação Ltda.; Poliedro Informática Consultoria e Serviços Ltda.; Sindicato das Empresas de Serviços de Informática do Distrito Federal - SINDISEI; Unimix Tecnologia Ltda.; Ademir Ortiz; Alexandre Moraes Repinaldo; Aloísio Mendonça de Carvalho; Álvaro Portinho de Sá Freire Junior; Antônio Alberto Castanheira de Carvalho; Aurélio Rubens Brussi; Avaldir da Silva Oliveira; Carlos Roberto Chamelete; Elci José Guimarães; Eustáquio Antônio Honorato; Fernando José Castro Cabral; Flávio de Oliveira Saraiva; Gualter Tavares Neto; Henrique César Ferreira Andrade; João Carlos Angelini; José Calazans da Rocha; José Janduy Coutinho Filho; José Ribamar de Melo; Lucimar de Brito Magalhães; Luiz Antônio dos Santos; Luiz Carlos Garcia; Marcel Gomes de Carvalho; Marcello José Barbosa dos Santos; Marcelo Braconi Rocha de Oliveira; Marcelo Ramos Ferreira; Olavo Magalhães Silva; Patrícia Andrea Freitas Velloso dos Santos; Paulo Henrique do Espírito Santo Silva; Paulo Henrique Nogueira Negri; Paulo Sérgio Monte Lima Velloso; Renato Moraes Pereira da Luz; Rubem Melendez Filho; Sebastião Ubyrajara de Brito; Simão Luiz Stanislawski; e Suely Santos Nakao. Advogados: Maria da Conceição Maia Awwad; Antônio Perilo de Souza Teixeira Netto; Daniel Santos Guimarães; José Arnaldo Fonseca Filho; Maria Fernanda Pulcherio de Medeiros Campos; e Maurício

Maranhão de Oliveira, Ana Malard Velloso, Henrique Vitali Mendes, Bolívar Barbosa Moura Rocha, José Arnaldo da Fonseca Filho, Marcos Drummond Malvar, Eduardo Caminati Anders, Fábio Francisco Beraldi, André Alencar Porto, Rodolfo Tsunetaka Tamanaha, Manoel Coelho Arruda Júnior, Leda Camila Pessoa de Mello Cartaxo Assunção, Daniel Vieira Bogéa Soares, Gilberto Mendes Calasans Gomes, Leandro Marins de Souza, Juliana Sandoval Leal de Souza, Felipe José Olivari do Carmo, José Augusto Caleiro Regazzini, Marcelo Procópio Calliari, Daniel Oliveira Andreoli, Luiz Gustavo Rocha Oliveira Rocholi, Geraldo Mascarenhas Lopes Cançado Diniz, Fernando Antônio Santiago Junior, Ana Paula Chedid de Oliveira Lima, Marco Antonio Meneghetti, Maurício Maranhã de Oliveira, Marcio Herley Trigo de Loureiro, Mikaela Minaré Braúna, Rafael Minaré Braúna, Raphael Augusto Pinheiro Anunciação, Roberto Liporace Nunes da Silva, Robinson Neves Filho, Vicente Bagnoli, Alexandre Augusto Reis Bastos, Edson Maraui, Fernando de Carvalho e Albuquerque, Luiz Antônio Beltrão, Thiago Lucas Gordo de Souza, Mariana Mello Ottoni, Henrique Donato Rabelo, Antônio Jeronymo de Oliveira Piazza, Terence Zveiter, Cristiana Meira Monteiro, Márcio Silva Teixeira, Isabela Torres de Medeiros, Livia Rodrigues da Fonseca, Francisco Oliveira Thompson Flores, Anna Carolina Merheb Gonzaga, Joyce Midori Honda, Ricardo Lara Gaillard, Luciano Inácio de Souza, André Puppin Macedo, Hélio César Rodrigues, Ivo Teixeira Gico Júnior, e outros. Fica intimada a Representada Ctis Informática Ltda. para que compareça à Sala de Reuniões da Superintendência-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - Cade, localizado no SEPN 515 Conjunto D, Lote 4, Ed. Carlos Taurisano, CEP: 70770-504 - Brasília/DF, no dia 26/02/2016 às 10h00, para acompanhar o procedimento de substituição por cópia do material original apreendido em sua sede, bem como sua integral devolução.

FERNANDA GARCIA MACHADO

**CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA
CRIMINAL E PENITENCIÁRIA**

**ATA DA 419ª REUNIÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 10 E 11 DE DEZEMBRO DE 2015**

Aos dez e onze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quinze os membros do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCCP) reuniram-se na Sala 304 do Edifício Sede do Ministério da Justiça, em Brasília-DF. Compareceram: a Presidente Interina, Fabiana Costa Oliveira Barreto; e os seguintes membros: Alamiro Velludo Salvador Netto; Andréia Beatriz Silva dos Santos; Gerivaldo Alves Neiva; Hugo Leonardo; Leonardo Isaac Yarochevsky; José Roberto das Neves; Luciane Ferreira; Marcellus de Albuquerque Ugietie; Marden Marques Soares Filho. Justificaram a ausência os seguintes membros: Luciane Ferreira; Luis Carlos Honório Valois Coelho; Mariana Lobo Botelho de Albuquerque; Otávio Augusto de Almeida Toledo. Estiveram também presentes os seguintes convidados: Valdirene Daufembach-DIRPP/DEPEN/MJ; Jaime Oliveira-DEPEN-PR; Marlene Ines-DEPEN/MJ. A Presidente Interina do CNPCCP iniciou a reunião apresentando a Ata da 418ª Reunião Ordinária do CNPCCP, realizada no dia 29 de outubro no Estado do Rio de Janeiro, sendo aprovada por unanimidade. Em seguida, a Presidente Interina informou acerca da participação do CNPCCP junto ao Pacto Nacional de Inspeções e Monitoramento Integrado do Sistema Prisional, sob a coordenação do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) e em estado de estruturação. O Conselheiro Gerivaldo Neiva informou sobre sua participação na Inspeção Prisional realizada em outubro do ano corrente no Estado de Rondônia. A Diretora de Políticas Penitenciárias do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), Dra. Valdirene Daufembach, apresentou ao CNPCCP as Políticas Penais instaladas pelo DEPEN na gestão atual. A Presidente Interina sugeriu a emissão, por parte do Plenário, de Nota de Repúdio à Imprensa contra as notícias veiculadas em desfavor do Conselheiro Luis Carlos Valois, Juiz da Execução Penal de Manaus-AM, ofendendo inclusive seu trabalho como defensor das garantias constitucionais de direitos humanos. Iniciando os itens de pauta, o Conselheiro José Roberto das Neves apresentou os possíveis reflexos da Lei n. 13.190, de 19 de novembro de 2015, que acrescenta artigos à Lei de Execução Penal (Lei n. 7.210/1984) e outras legislações. O conselheiro Alamiro sugeriu uma parceria do CNPCCP com a SAL /MJ solicitando informações sobre a lei aprovada e propondo que temas relacionados à execução penal que passem pela anuência do MJ, possam ser submetido à apreciação do colegiado do CNPCCP. O Conselheiro José Roberto Neves também propôs que seja oportunizado aos conselheiros uma exposição de especialistas sobre a incidência e atividades de organizações criminosas no sistema prisional brasileiro. Aprimorando a proposta, o conselheiro Alamiro acrescentou a possibilidade de realização de um evento específico sobre organizações criminosas em parceria com outros órgãos e aberto ao público geral, com especialistas de várias áreas do conhecimento e atuação. Enriquecendo o assunto em pauta, o Conselheiro Marden Marques apresentou o item seguinte "O Sistema de Cogestão Prisional". Como encaminhamento, a Presidente Interina sugeriu o Conselheiro Marden Marques como relator da matéria de Cogestão e Privatização do Sistema Prisional, com o propósito de aprofundamento do assunto e posterior posicionamento do Plenário do CNPCCP na próxima reunião. Após, o Conselheiro Leonardo Isaac apresentou o item de pauta "Limite máximo de capacidade do estabelecimento penal", com o propósito de aprofundar a matéria tendo em vista as demandas originadas nos Estados da Federação acerca do tema. Como encaminhamento, foi constituída Comissão composta pelos Conselheiros Marcellus Igiette, Marden Marques, Leonardo Isaac e Gerivaldo Neiva para aprofundamento da matéria e exposição de documento para subsidiar as demandas originadas nos Estados sobre o